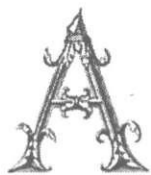


CLARA DE ASSIS, A PRESENÇA FEMININA NO MOVIMENTO FRANCISCANO*

TERESINHA DUARTE**



conversão de Francisco de Assis à pobreza evangélica, começou a ocorrer, provavelmente em 1202, no contexto da Guerra entre Assis e Perúgia, quando Francisco ficou um ano na prisão. Foi um processo mais ou menos longo, no qual o jovem assisiense, vivendo numa formação cultural judaico-cristã, se debatia em busca da vontade divina para a sua vida. Até que na festa litúrgica de São Matias, ouvindo o Evangelho do envio dos apóstolos, descobre a sua vocação apostólica, tornando-se pregador ambulante, o que despertou a atenção de outros varões, que passaram a segui-lo, dando origem, assim, ao movimento franciscano, calcado na pregação apostólica da penitência.

Logo, o movimento iniciado por Francisco passou a atrair não apenas varões celibatários, mas também outros segmentos sociais como as mulheres. Clara de Assis, jovem pertencente a nobre família dos Favarone, e suas companheiras marcaram esta nova fase do movimento franciscano, ainda no século XIII.

As fontes documentais nas quais nos baseamos para esta comunicação foram: textos biográficos como o *Processo de Canonização*, a *Bula de Canonização*, a *Legenda de Santa Clara*; documentos pontifícios antigos como o *Privilegio da Pobreza*; e escritos de Santa Clara, como a *Forma de Vida*, o *Testamento* e a *Benção de Santa Clara*. Todos, documentos do século XIII, o que requer de nós, algumas breves observações, especialmente para o primeiro grupo de documentos, os de cunho biográfico, os quais pertencem a um gênero literário específico, a hagiografia.

* Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História, Florianópolis – SC, 1999.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

Ildefonso Silveira, frade e historiador, baseando-se em Sophronius Clasen, escreve:

a biografia medieval era um tipo especial de arte literária: antes de ser escrita, já a precedera a veneração do povo ao santo. Corria uma tradição oral que, embrionariamente, agrupava os acontecimentos em várias perícopes com um objetivo condizente com o sentir do povo medieval. Em contraste com a biografia moderna, estas legendas dos santos nos descrevem a vida do santo para fundamentar seu culto, mas o culto já precedia o hagiógrafo.¹

Esta observação se faz interessante pelo fato de que os biógrafos medievais não eram historiadores, de acordo com o sentido moderno do termo, e nem tinham conhecimento das ciências modernas. Eles narram dados históricos e reais, mas estavam mais preocupados com um determinado paradigma de santo e de santidade, vigente em sua época e compreensível para seus leitores e que tem a ver com o conceito de história da época, história como vocação. “Para o hagiógrafo medieval, o santo é um vocacionado e desenrola uma história planejada para ele por Deus.”² Ainda podemos afirmar sobre um escrito hagiográfico que ele tinha uma finalidade didática, na medida em que procurava estilizar modelos de vida.

Para Ildefonso Silveira, o Processo de Canonização é a principal fonte biográfica de Clara de Assis.³ Afinal, tudo indica que ele foi fonte para a *Bula de Canonização* e também para a *Legenda de Santa Clara*, hoje atribuída a Tomás de Celano, o primeiro biógrafo do Assisiata.⁴ O processo de canonização tinha por finalidade verificar a santidade da pessoa em exame⁵ e com o processo de centralização da cúria romana, por volta do final do século XII e no decorrer do século XIII, tornou-se um procedimento usual para o reconhecimento da santidade de qualquer candidato a ser venerado como tal. Até então, os santos eram reconhecidos, nas próprias dioceses, sem processos padronizados. E na cúria romana, quando se tornou comum o uso de tais processos não era prática guardá-los depois de canonizado o santo.⁶

O Processo para a canonização de Santa Clara foi feito por ordem do Papa Inocêncio IV, entre os dias 24 a 29 de novembro de 1253, cerca

de três meses e meio após o seu falecimento. Nele estão relatados os testemunhos de quinze Irmãs e cinco leigos; mas foi preservado, praticamente por acaso. Trata-se de uma cópia da tradução do referido processo em dialeto umbro do século XV e que se tornou conhecida a partir de 1920, por Zeferino Lazzeri, em Florença. A cópia que dispomos é uma tradução bilingue feita e publicada por Frei José Carlos Corrêa Pedroso, no livro *Fontes Clarianas*, editado pelo Centro Franciscano de Espiritualidade (Piracicaba) e CFEFPAI do Brasil (Petrópolis), já na 3ª edição, tendo por base o texto publicado em 1920, na *Revista Archivum Franciscanum Historicum*.⁷

Como a finalidade do Processo de Canonização fosse a averiguação da santidade, havia um esquema preestabelecido a partir do qual os comissários inquiriam as testemunhas, sobre as seguintes questões: "(...) a vida na casa paterna; a conversão, isto é, a escolha da vida religiosa; os costumes (*conversazione*), ou seja a conduta durante os anos passados em São Damião; e, por fim, os milagres, todos os sinais que provam a santidade".⁸

Assim, de acordo com o que já afirmamos acerca do gênero hagiográfico: no qual o santo é um vocacionado e desenrola uma história na qual Deus é o sujeito, no Processo de Canonização, uma das testemunhas, Irmã Cecília filha de Messer Gualtieri Cacciaguerra de Spelo, testemunhou "(...) que ouviu da mãe de Santa Clara que, quando estava esperando essa filha, foi rezar diante da cruz para que o Senhor a ajudasse no perigo do parto e ouviu uma voz dizendo que ela daria à luz um grande lume, que iluminaria todo o mundo."⁹ Na *Legenda de Santa Clara*, o autor, possivelmente de posse de outras informações,¹⁰ escreveu: "Instruída pelo oráculo, [a mãe] quis que a filhinha, ao renascer pelo sagrado batismo, se chamasse Clara, esperando se cumprisse de algum modo, pelo beneplácito da vontade divina, a claridade da luz prometida".¹¹ Desta forma, de acordo com a hagiografia, desde o ventre materno, Clara é predestinada à santidade.

Sobre a conduta da Santa, antes de sua conversão, quando ainda estava na casa paterna, vários dos depoentes fazem comentários como este, feito pela Irmã Pacífica de Guelfúcio: "(...) que era tida por todos os que a conheciam como pessoa de grande honestidade e de vida muito

boa; e que se dedicava e ocupava com as obras de piedade";¹² e de acordo com o testemunho de Irmã Benvinda de Perusa, ainda antes de "entrar na Religião", a Santa (...) era tida como virgem no ânimo e no corpo e era tida em muita veneração por todos quantos a conheciam";¹³ também a Irmã Filipa, filha do falecido Messer Leonardo de Gislério, afirmou: "(...) que antes de Santa Clara entrar na Religião era tida por santa por todos que a conheciam. E isso era pela sua muita honestidade de vida e pelas muitas virtudes e graças que o Senhor tinha posto nela".¹⁴ Assim, as depoentes vão, uma a uma, ressaltando as virtudes de Clara, virtudes e graças concedidas por Deus e que frutificavam na vida concreta da Santa, pela sua grande honestidade, pela dedicação às obras de piedade, pela virgindade guardada no corpo e na alma, enfim pela fama de santidade. Assim, as depoentes vão de encontro às intenções dos inquiridores: destacando as virtudes da Santa e a fama pública de sua santidade.

Acerca da *conversão* de Santa Clara a uma vida de pobreza e penitência, no seguimento de Francisco, como já observou Marco Bartoli, as fontes não são unânimes, acerca de quem partiu a iniciativa deste encontro, se partiu de Francisco que, sabendo da santidade de vida de Clara, procurou ganhá-la para a sua causa, como na *Bula de Canonização*, onde se lê: "São Francisco, ouvindo apregoar esse conceito de que gozava [a guarda do tesouro da virgindade e do pudor, assim como a sua fama louvável], começou logo a exortá-la, induzindo-a ao perfeito serviço de Cristo".¹⁵ Ou, então, se partiu de Clara que, sabendo da conversão de Francisco, procurou-o, para se instruir nos seus ensinamentos e ela própria tomou a decisão de vender os seus bens e repartí-los com os pobres¹⁶ e, depois, abandonar a casa paterna e seguir ao Poverello. Assim, como a própria Clara o afirma em seu Testamento, de acordo com os críticos, escrito depois de 6 de agosto de 1247 e retocado em 1253, o último ano de vida da Santa:¹⁷

Depois que o Altíssimo Pai celestial por sua misericórdia e graça, se dignou iluminar meu coração para fazer penitência segundo o exemplo e ensino de nosso bem-aventurado pai Francisco, pouco depois de sua conversão, com algumas irmãs que Deus me dera logo após a minha conversão, eu lhe prometi obediência voluntariamente, como o Senhor nos conce-

dera pela luz da sua graça através da vida admirável e do ensinamento dele.¹⁸

Dentre as testemunhas inquiridas no *Processo de Canonização*, Bona de Guelfúcio de Assis, amiga da Santa desde os tempos da infância e da juventude, afirmou o seguinte: "(...) foi muitas vezes com ela conversar com São Francisco, e ia secretamente para não ser vista pelos parentes".¹⁹ Também, João de Ventura de Assis, "fameglio", ou seja "empregado familiar" da casa dos Favarone, afirmou claramente "(...) que dona Clara, ao ouvir que São Francisco tinha escolhido o caminho da pobreza, propôs em seu coração fazer também a mesma coisa. E assim, teve seus cabelos cortados pelo próprio São Francisco (...)".²⁰

Ora, estes testemunhos corroboram com os escritos de Santa Clara, no sentido em que foi ela a procurar Francisco, por que estava interessada em viver o mesmo estilo de vida que ele estava vivendo, isto é, o seguimento da pobreza. Mais ainda no testemunho da amiga íntima, Bona de Guelfúcio, que a acompanhava nas conversas com São Francisco, está uma ressalva muito forte: "ia secretamente para não ser vista pelos parentes", o que me leva a inferir que a Santa além de ser um sujeito ativo na escolha e adesão ao tipo de vida adotado pelo Poverello, ainda tomava precauções, no sentido de ir secretamente para evitar que seus familiares o soubessem. Ela demonstrava, com esta atitude que tinha consciência da oposição que enfrentaria por parte dos seus, acerca de seu interesse neste novo gênero de vida que, embora, não sendo uma total novidade para a época, não era bem visto por parte de muitos segmentos sociais e religiosos, pois beirava à marginalidade, dado a sua afinidade com os movimentos heréticos.

De acordo com o medievalista francês, André Vauchez, desde o final do século XI ao primeiro quartel do século XIII, o Ocidente medieval vinha sofrendo uma série de transformações do ponto de vista econômico e social, as quais afetaram as idéias e as práticas religiosas. Do papa aos leigos discutia-se um tema: a reforma da Igreja, um movimento de regresso às origens, à época dos Apóstolos e dos Mártires. O movimento eremítico, que teve grande expressividade no século XII, foi uma das manifestações espirituais decorrentes deste momento histórico; mas

foi no ideal da “vida toda apostólica” que este desejo de perfeição melhor se concretizou.

O ideal de vida apostólica remete, então, a uma espiritualidade de valorização do Novo Testamento e a uma piedade cristocêntrica, ultrapassando uma concepção moral e disciplinar. Houve, como que, uma evolução das referências dos Atos dos Apóstolos (At 2, 42-47; 4, 32-37) para aquelas passagens dos Evangelhos que “evocam a pobreza de Cristo e de discípulos”. Assim: “A vontade de conformação com o Cristo do Evangelho traduziu-se em primeiro lugar por exigências acrescidas no âmbito da pobreza. A *vida apostólica*, realçando a comunidade dos bens, abolia a distinção entre ricos e pobres. (...) Aqueles que pretendiam seguir o Evangelho à letra deveriam ir mais longe, isto é, viver como ‘pobres de Cristo’(...)”.²¹

O interesse de Clara em escolher para si “o caminho da pobreza”, a exemplo de Francisco pode perfeitamente ser entendido neste contexto de uma nova espiritualidade. Temos notícias que entre os movimentos evangélicos contemporâneos era comum a presença de muitas mulheres, uma espécie - quem sabe - de alternativa para a espiritualidade feminina em uma Igreja dominada pela misoginia.²²

Conforme o testemunho de Bona de Guelfúcio de Assis, nos colóquios de Francisco e Clara, aquele “(...) sempre lhe pregava que se convertesse a Jesus Cristo, e Frei Filipe fazia o mesmo. E ela os ouvia de boa vontade e concordava com todas as coisas boas que lhe eram ditas”.²³ Celano oferece mais pormenores: “O pai Francisco exortava-a a desprezar o mundo, mostrando com vivas expressões que a esperança do século é seca e sua aparência enganadora. Instilou em seu ouvido o doce esponsal com Cristo, persuadindo-a a reservar a jóia da pureza virginal para o bem-aventurado Esposo (...)”.²⁴

Se a iniciativa de aderir ao movimento iniciado por Francisco partiu de Clara - conforme sou levada a acreditar depois ter analisado as fontes - houve da parte de Francisco e Frei Filipe Longo mais do que uma receptividade, houve uma certa cumplicidade entre a jovem Favarone e Francisco com seu grupo. Celano oferece muitas informações, neste sentido, como por exemplo: “(...) o piedoso pai (Francisco) tratou de retirar Clara do século tenebroso”, para que não se contaminasse com as

impurezas do mundo; é Francisco, ainda, que a orienta sobre “(...) o que e como devia fazer para mudar de vida”, isto é, quanto ao dia em que deveria sair da casa paterna e de como deveria proceder. O celanense afirma ainda que Clara, depois de ter escapado da casa paterna, “(...) empreendeu a ansiada fuga em discreta companhia”,²⁵ que os críticos entendem tratar-se dos frades que a esperavam ao longo do caminho.²⁶ O autor da *Legenda de Santa Clara* informa, também, que em Santa Maria da Porciúncula, “(...) os frades, que diante do altar de Deus faziam uma santa vigília, receberam com tochas acesas a virgem Clara.” E, ela teve “(...) os cabelos cortados pelas mãos dos frades (...)”,²⁷ que a consagraram ao Senhor. Pelas informações de Celano, é de se acreditar, ainda, que, como Francisco, Clara também tenha se despido das vestes do mundo e se revestido de uma nova veste “(...) abandonou seus ornatos variados e recebeu as insígnias da santa penitência (...)”,²⁸ a veste de penitente, muito provavelmente o hábito franciscano.²⁹

Depois disto, Clara foi então conduzida, por São Francisco, ao Mosteiro de São Paulo das Abadessas.³⁰ De acordo com nota de Fr. José C. Pedroso, “(...) no começo da Ordem, São Francisco costumava levar todos os seus noviços, apenas revestidos com o hábito e a corda, para alguma abadia ou igreja, para que aí comessem o pão ganho com o trabalho de suas mãos”.³¹ O próprio Celano ao escrever a sua primeira biografia de São Francisco, escreveu que, no início de sua conversão, o Poverello ... “Chegando a um mosteiro, passou muitos dias na cozinha, como servente, vestido apenas com uma túnica vil, contentando-se com um pouco de caldo”.³²

De acordo com Bartoli, a escolha de São Paulo das Abadessas, deve ter sido um ponto estratégico já planejado entre Francisco e Clara, presumindo a oposição dos familiares dela. Este mosteiro, além de ser o mosteiro beneditino mais importante da diocese de Assis, gozava de amplos benefícios dos pontífices. Em 1201, Inocêncio III conferiu-lhe amplos privilégios, inclusive o direito de asilo.³³ De fato, a reação dos parentes não tardou:

Mal voou a seus familiares a notícia, e eles, com o coração dilacerado, reprovaram a ação e os projetos da moça. Juntaram-se e correram à violên-

cia impetuosa, ao veneno dos conselhos, ao agrado das promessas, querendo convencê-la a sair dessa baixeza, indigna de sua linhagem e sem precedentes na região.³⁴

A reação adversa dos familiares é com “a ação e os projetos da moça”, mas também com o modo de vida que ela levava em São Paulo das Abadessas: a “baixeza indigna de sua linhagem e sem precedentes na região”. Não se tratava pois da escolha da vida religiosa como tal; muitas jovens da aristocracia eram destinadas ou escolhiam a vida monástica, levando consigo o seu dote. Estas formariam uma comunidade de monjas aristocráticas que se dedicaria basicamente ao coro. Não era esta a situação de Clara. Ela, seguindo o exemplo de Francisco, “(...) tinha se tornado pobre, assumindo a condição servil e renunciando à nobreza de sua família”.³⁵ Em São Paulo das Abadessas, a jovem Favarone escolheu viver como uma “conversa”, estado não condizente com a sua linhagem. Isto deve ter escandalizado os seus.

De acordo com a *Legenda*, mesmo depois de segurar as toalhas do altar e mostrar a cabeça tonsurada, não cessou “(...) a oposição dos familiares ao seu processo de santidade”;³⁶ contudo ... “Poucos dias depois foi para a igreja de Santo Ângelo de Panço.”³⁷ Para Marco Bartoli, a escolha da igreja de Santo Ângelo de Panço, baseia-se nas seguintes razões: primeiramente, a questão da pobreza, Clara não se deu por satisfeita, em apenas ser pobre, sentiu a necessidade de que a casa em que vivia e a capela onde rezava também fossem pobres e, ainda, o contato com novas formas de vida religiosa feminina.³⁸ Lá, apenas dezesseis dias depois de ter abandonado o castelo da família, Clara recebeu sua primeira companheira, sua própria irmã carnal, Irmã Inês de Assis, como ficou conhecida.³⁹ A fuga de Inês deixou os familiares mais enfurecidos e estes não pouparam a sua violência, a fim de dissuadí-la de seus propósitos. Depois de ser submetida a esta provação, defendendo a fidelidade de seus propósitos, a juvenzinha, também foi tonsurada por Francisco.⁴⁰

No testemunho da Irmã Beatriz de Messer Favarone, irmã carnal de Clara e de Inês, ela informou que a demora em Santo Ângelo foi de “pouco tempo” e que depois Clara - e devemos pressupor que também Inês - “foi levada à igreja de São Damião onde o Senhor colocou mais

irmãs sob a sua direção".⁴¹ A escolha de São Damião para a instalação da novel comunidade, não deve ter sido coisa do acaso. Desde aqueles tempos, São Damião já era um dos lugares mais carregados de sentido para o movimento franciscano. Em seu *Testamento*, Santa Clara deu a entender que, já era projeto de Francisco ter uma comunidade feminina morando em São Damião,⁴² e que só depois de ter dado provas suficientes é que Francisco as conduziu àquele lugar de eleição, e foram inseridas na plenitude da vida da fraternidade franciscana, e ele, Francisco, fez o compromisso por si e pela Ordem de cuidar das Pobres Damas:

Vendo o bem-aventurado Francisco que nós, embora frágeis e fisicamente sem forças, não recusávamos nenhuma privação, pobreza, trabalho, tribulação, nem humilhação ou o desprezo do mundo, e até julgávamos tudo isso as maiores delícias, como pode comprovar frequentemente em nós, a exemplo dos santos e dos seus frades, alegrou-se muito no Senhor. E movido de piedade para conosco, assumiu o compromisso, por si e por sua Ordem de ter sempre por nós o mesmo cuidado diligente e a mesma atenção especial que tinha para com seus irmãos.

E assim, por vontade de Deus e do nosso bem-aventurado pai Francisco, fomos morar junto da igreja de São Damião.⁴³

Tendo instalado Clara e suas primeiras companheiras em São Damião, fazia se mister que Francisco desse a elas - como já havia dado aos frades - diretrizes de vida. Clara relembrou aquele momento, e deixou escrito: "Depois escreveu para nós uma forma de vida, principalmente para que perseverássemos na santa pobreza".⁴⁴ Nesta *forma de vida*, com muita singeleza, o Santo prometeu:

Desde que, por inspiração divina, vos fizestes filhas e servas do altíssimo e sumo Rei, o Pai Celestial, e tomastes o Espírito Santo por esposo, optando por uma vida conforme com a perfeição do santo Evangelho, quero eu - o que prometo por mim pessoalmente e por meus irmãos nutrir sempre, a bem de vós, o mesmo diligente cuidado e solicitude como por eles.⁴⁵

Notar como nos dois documentos: o *Testamento de Santa Clara* e a *Forma de Vida para as Irmãs de Santa Clara*, escrita entre 1212 e 1213,

“a vida conforme com a perfeição do santo Evangelho” é entendida como a perseverança “na santa pobreza”. Pobreza esta que, por sua vez, deve estar a serviço da construção da fraternidade, representada aqui na própria solicitude de Francisco para com as damianitas. É possível que a *Forma de Vida para as Irmãs de Santa Clara* tenha sido para aquele grupo incipiente a única Regra, nos seus primeiros anos.

Entretanto, de acordo com o testemunho, no Processo, de Pacífica de Guelfucio: “(...) três anos depois que a sobredita dona Clara entrou na religião, recebeu o regimento e o governo das Irmãs, a pedido e por insistência de São Francisco, que praticamente a obrigou”.⁴⁶ Na *Legenda*, o autor foi mais preciso ao afirmar que recebeu o “nome e cargo de abadessa”.⁴⁷ Começava, uma nova etapa na história das Damas Pobres. Estudiosos do movimento clareano e das fontes pertinentes à Santa Clara e ao seu movimento, e que têm se detido sobre estes dois relatos, vêem nestes dois documentos a menção de duas datas: a data da conversão, em 1212 e 1215 (três anos depois) a realização do IV Concílio do Latrão, sendo uma decorrência deste último o que levou São Francisco a “obrigar” Santa Clara a assumir “o regimento e o governo das Irmãs” e a receber “o nome e o cargo de abadessa”.⁴⁸

Para Bartoli, a exigência de Francisco para que Clara assumisse o título de abadessa, foi a percepção da necessidade de uma adequação às normas do IV Concílio Lateranense, isto é que a comunidade das Damas Pobres tivessem uma regra aprovada. E a designação de Clara como “abadessa”, segundo o mesmo autor, trata-se de uma opção pela regra beneditina. Devendo ser este um momento crucial na vida dos dois fundadores. Francisco entendeu e teve que persuadir Clara a aceitar o título de abadessa, porque as abadessas beneditinas gozavam de ampla autonomia, chegando a desfrutar de privilégios e prerrogativas reservados aos bispos.⁴⁹

Tendo aceitado o título de abadessa e, com certeza, ciente dos privilégios e prerrogativas que o título lhe conferia.... “Querendo destacar sua Ordem com o título da pobreza, solicitou de Inocêncio III (...) o privilégio da pobreza”.⁵⁰ Entre surpreso e admirado com tal pedido, o Sumo Pontífice concedeu-lhe o privilégio almejado. Dado o teor e a importância do documento, citá-lo-ei integralmente.

Inocência, bispo, servo dos servos de Deus, às diletas filhas em Cristo, Clara e demais servas da igreja de São Damião, de Assis, tanto presentes como futuras, que professaram a vida regular, para perpétua memória.

Como é manifesto, desejando ardentemente dedicar-vos unicamente ao Senhor, abdicastes ao desejo das coisas temporais, por isso, tendo vendido e distribuído tudo aos pobres, propõe-vos a não ter absolutamente nenhuma propriedade, aderindo totalmente aos vestígios daquele que por nós se fez pobre, caminho, verdade e vida; e deste propósito não as faz fugir nem a privação das coisas, pois a esquerda do esposo celeste está sob a vossa cabeça para sustentar a fraqueza de vosso corpo, que submetestes à lei do espírito em caridade perfeita.

Afinal aquele que dá de comer às aves do céu e veste os lírios do campo não vos há de faltar tanto para a alimentação como para roupa, até que, passando, não vos venha a servir ele mesmo na eternidade, quando sua destra vos abraçará mais felizmente na plenitude de sua visão.

Portanto, como haveis suplicado, corroboramos o vosso propósito com a mais alta pobreza com o favor apostólico, concedendo-vos com a autoridade da presente que não possais ser por ninguém obrigadas a receber propriedades.

E se alguma mulher não quiser ou não puder observar tal propósito, não fique morando convosco mas seja transferida para outro lugar.

Decretamos, portanto, que não seja lícito absolutamente a pessoa alguma perturbar temerariamente ou atormentar com qualquer tipo de vexames a vós e à vossa igreja.

Por isso, se no futuro alguma pessoa, eclesiástica ou secular, conhecendo esta página de nossa confirmação e constituição, tentar temerariamente agir contra ela, e se, depois de admoestada duas ou três vezes, não corrigir seu ato por uma adequada satisfação, seja privada da dignidade do poder e de sua honra, saiba que é passível de julgamento divino pela iniquidade perpetrada, seja afastada do santíssimo corpo e do santíssimo sangue de Deus e do Senhor Jesus Cristo, nosso Redentor e seja severamente submetida a castigo no juízo final.

A Paz de nosso Senhor Jesus Cristo esteja com todas vós e com as que neste mesmo lugar conservam o amor por Cristo, para que também aqui recebam o fruto das boas ações e junto ao juiz severo encontrem os prêmios da eterna paz. Amém.⁵¹

Interessante notar alguns pontos relevantes no documento supracitado: Primeiramente, o Papa endereça o documento à Clara e demais servas da igreja de São Damião de Assis. Com isto, embora submetidas à regra beneditina, o Papa reconhece em Clara e em suas companheiras um tipo de vida religiosa diferente da vida monástica tradicional. O Papa não fala em mosteiro. Depois, o Pontífice fala do desejo daquele grupo de mulheres congregadas: a inteira dedicação ao Senhor, de forma pobre, imitando a pobreza “daquele que por nós se fez pobre”, amparadas pelo “esposo celeste e suas promessas, para a vida presente e futura”. Uma vez que este é o desejo das suplicantes, o Papa corrobora com o favor apostólico, a fim de que tal propósito seja alcançado, isenta-as de serem obrigadas por quem quer que o seja de receber propriedades.

Diz mais: se algum dos membros não quiser ou não puder observar tal propósito que seja transferido para outro lugar. Ameaça a qualquer pessoa que tentar agir de forma contrária a esta concessão: seja com a destituição de cargos ou até pelo afastamento da mesa da comunhão e, invocando sobre este o julgamento divino. Finalmente, como se fosse uma bênção, deseja a paz de Jesus Cristo a todas. Formalidades à parte, Inocêncio III concede à Clara e à comunidade de São Damião o privilégio de uma vida sem rendas e sem propriedades.

No ano seguinte, 1217, entrava para a história do movimento franciscano – inclusive para o segmento feminino – o Cardeal Hugolino de Óstia, dos Condes de Segni, parente de Inocêncio III. Detentor de Formação teológica e jurídica, pessoa influente em Roma e nomeado pelo novo papa, Honório III, como seu Legado para a região da Toscana, da Lombardia e da Úmbria.

Como Legado papal, uma de suas missões mais relevantes foi zelar pela vida religiosa, naquele momento de efervescência, naquelas regiões.⁵² Diferentemente de muitos eclesiásticos que não queriam ter sobre seu encargo a *cura animarum*, ou seja, a direção espiritual de mulheres, Hugolino foi daqueles que estiveram atentos a estas novas formas de vida religiosa, encorajando as comunidades femininas e até se fazendo seu porta-vozes. Temos uma carta do Papa Honório III para o Cardeal Hugolino, com data de 27 de agosto de 1218, respondendo a uma missiva do Cardeal, nos seguintes termos:

Segundo tua carta a nós entregue, há muitas virgens e outras mulheres que desejam escapar das pompas e riquezas deste mundo e construir para elas mesmas algumas casas em que possam viver sem possuir nada sob o céu a não ser essas habitações e os oratórios que nelas venham a ser construídos(...) Com esse propósito, há muitos que te oferecem terrenos em nome da Igreja Romana; mas alguns querem reservar-se o direito de correção, nomeação e destituição, sem temer os obstáculos aos santos propósitos delas. Por esta razão, pedistes, irmão, que procuremos prover com solicitude paternal a esses extremos.

Por isso, querendo prestar nosso favor apostólico aos piedosos desejos das referidas mulheres, de maneira que elas consigam o que pedem, mas os bispos diocesanos e os outros em cujas paróquias se estabelecem essas casas não tenham motivos justos para murmurar, por autoridade desta carta mandamos que recebas esses terrenos em nome da Igreja Romana e como direito e propriedade da mesma e que disponhas que as igrejas que venham a ser construídas nesses terrenos fiquem submetidas apenas à Sé apostólica: de forma que nenhum bispo diocesano ou outra pessoa eclesiástica ou secular possa nisto arrogar-se direito algum. Valha o disposto unicamente enquanto não tiverem posses, nem recebam dízimos nem direitos funerários (...) Mas se um dia elas vierem a ter posses ou os outros direitos acima citados, não queremos que tais bispos diocesanos ou outros fiquem defraudados em seus direitos canônicos sob pretexto de tal isenção.⁵³

Como já salientamos, em outra parte que, comunidades femininas - semelhantes àquela iniciada por Clara, sequiosas de uma nova expressão religiosa - pululavam nas regiões da Úmbria e da Toscana, como também em Flandes, no Brabante na Renânia.⁵⁴ Conforme J. Leclerq atesta: "Monasteri femminili erano esistiti in Occidente fin dalla antichità".⁵⁵ O mesmo autor destaca três tipos vigentes até o século XI, e que denominados por ele, como sendo o tipo tradicional: "le monache propriamente dette"; "le canonichese"; e "le reclusa".⁵⁶ Chama atenção sobre as condições especiais, no século XII, criadas a partir da reforma Cluniacense e da Reforma Gregoriana, tais como: "stabilizzazione dell'osservanza, liberalizzazione del reclutamento, diversificazione delle istituzioni e delle tradizioni" e que foram as responsáveis para fazer do século XII o

século de “il nuovo monachesimo femminile”.⁵⁷ Vários grupos surgiram naquele século - e que foram denominados pelo autor como “monachesimo nuovo”- tais como os fundados por Roberto d’Abrissel, em Fontevrault; a Congregação do Paracleto; as Gilbertinas; o mosteiro feminino fundado por santo Stefano Harding, abade de Cîteaux, em 1120, e que Inocêncio III fez, mais tarde, entrar na filiação Cisterciense; as “Certosine”; e as cônegas Premonstratenses.⁵⁸

Entretanto, ao final do século XII, tanto o monaquismo feminino “tradicional” como o “novo” davam sinais de arrefecimento, devido a uma série de situações: a diminuição do recrutamento, mesmo entre a nobreza; a carência de dinheiro para manter um pessoal mais numeroso, de maneira que muitas comunidades estavam constituídas em pequeno número, em torno de duas ou três.⁵⁹

O século XIII viu florescer duas formas diversas de vida religiosa feminina que tiveram origem no século anterior: aquelas de “vita solitaria”⁶⁰ e as “*donne religieuses*” que levavam vida comum: O autor caracteriza, cada um destes grupos: As primeiras constituíam um novo estilo de vida reclusa, as reclusas urbanas, as quais viviam a sós ou com duas ou mais companheiras, no coração da cidade, no subúrbio da mesma, ou em outro lugar mais necessitado de intercessão como nas portas da cidade, nas pontes, nas hospedagens e nos cemitérios. Recebiam a assistência social da parte do bispo ou de outros clérigos.⁶¹

As segundas eram aquelas que não queriam ou não podiam entrar em uma das ordens existentes e que deram origem a um vastíssimo movimento conhecido com o nome de “beguinhas”, surgido espontaneamente em toda a Europa. Eram comumente tratadas com “*mulieres religiosae*”, que se constituíam em comunidades semi-religiosas nas cidades. Algumas destas comunidades sentiram-se atraídas pela pregação dos Cátaros e até contribuíram para a difusão de suas idéias, sobretudo porque eram favoráveis a uma vida austera e viam no catarismo uma oportunidade de realizá-la. Algumas destas religiosas se dedicavam à assistência caritativa, como a cura dos leprosos. Também se dedicavam à oração, na capela vizinha ou na solidão de suas casas; não estavam submetidas a uma obediência estreita, como as demais monjas, mas viviam o celibato e insistiam muito na pobreza.⁶²

Com certeza, “as virgens” e “as outras mulheres que desejam escapar das pompas e riquezas deste mundo” que Hugolino tomou sob a sua proteção pertenciam a este último estilo, mencionado por Leclercq. Querendo viver a pobreza, elas não desejam mais do que as casas, onde construiriam suas habitações e seus oratórios. Para isto, contudo, careciam de terreno e o grande problema sobre o qual o Cardeal se consulta com o Papa é acerca da relação entre o terreno e o doador do mesmo e as implicações que daí resultariam para a vida daquelas mulheres. Havia quem estivesse disposto a doar o terreno por pura devoção, mas não se pode ignorar também um costume vigente desde o declínio do Império Romano, quando, o seu poder foi passado às mãos de uma aristocracia cristã, que, especialmente refugiada no sul da Gália - devido às invasões “bárbaras” vindas do Norte - funda naquela região mosteiros do tipo familiar e que constituíram “Igrejas privadas”.

Este fenômeno perpassou todo o Medievo, sendo contrário à intenção original de uma sociedade inspirada no ideal evangélico da comunidade apostólica de Jerusalém. Contra este costume, desde São Bento, os reformadores não cessavam de reclamar e, conforme Leclercq, a “reazione nobiliare”, não cessava de reaparecer e de prevalecer. Sem dúvida, o mosteiro legado a uma família nobre desempenhava uma função social e política, mas, para a vida religiosa ele deixava alguns inconvenientes, tais como: a designação do superior pela família que dotava o mosteiro e o que era pior era o fato da solidariedade do superior com a família que o dotou, seja do ponto de vista administrativo, como favores ou outros interesses, que o levava a governar o mosteiro de modo secular e até militar, obrigando os monges a uma obediência cega, com a anulação do sujeito, aos quais restavam: o heroísmo ou a revolta interior e a murmuração.

Acrescente-se a isto o fato de que a vida monástica acabava reservada à nobreza, sendo o recrutamento monástico realizado dentro das famílias nobres. Estas escolhiam para seus filhos e filhas a vida monástica, na infância ou na adolescência, por devoção ou simplesmente para salvar o direito de primogenitura e a integridade da propriedade familiar, que deveria permanecer indivisa; um ou outro motivo poderia ainda constituir razão para que, especialmente uma filha não fosse destinada

ao casamento, devendo ser mandada ao mosteiro, que além de ir contra a sua vontade, ainda exigia da abadessa o direito de aceitar uma companheira a título de dama de companhia. Segundo Leclercq tais problemas se repetiam até nos mosteiros do tipo “novo”. Foi intenção das bequinas assegurar a liberdade da vocação e a igualdade de condição entre os membros da comunidade.⁶³

Daí, então, inferir que aquelas *mulieres religioae* protegidas por Hugolino, apesar da pobreza que defendiam, desejavam ter “casas” e “oratórios”, como condição para salvaguardar a especificidade de sua vida religiosa, baseada na liberdade da vocação, na igualdade entre os membros e na própria vivência da pobreza em um estilo religioso. Tratava-se - e o Papa o percebeu bem - de um novo estilo de vila religiosa que procurava romper com o estilo tradicional e até com a estrutura da Igreja e da sociedade feudal. O Papa escreveu, pois, a Hugolino “procurando prover com solicitude paterna” e “querendo prestar nosso favor apostólico aos piedosos desejos das referidas mulheres” - apesar mesmo do IV Concílio do Latrão que não aprovava a fundação de novas Ordens religiosas e a aprovação de novas Regras - propondo que o Cardeal recebesse, em nome da Igreja de Roma os terrenos, como “direito e propriedade da mesma” e o Cardeal fizesse com que “as igrejas que venham a ser construídas nesses terrenos fiquem submetidas apenas à Sé Apostólica”. Com isto, o Papa garantia para aquelas comunidades a possibilidade de viabilizar os seus projetos, sem a ingerência feudal, seja do clero ou dos leigos, enquanto tais comunidades “não tiverem posses, nem recebam díizimos nem direitos funerários”, ou seja, enquanto se mantivessem fiéis ao seu propósito de rompimento com o monaquismo seja o “antigo” ou o “novo”, com a ingerência das relações feudais.

Não há uma unanimidade entre os estudiosos acerca dos seguintes pontos: se aquelas *mulieres religiosas* que haviam buscado proteção junto ao Cardeal Hugolino entraram para a área de influência franciscana já em 1218.⁶⁴ Clara Genaro dá a entender que esta relação já estivesse sendo construída antes mesmo de 1218: “Estremamente interessante è la rete di rapporti, che spontaneamente si creano tra questi gruppi, di cui sempre più marcatamente le damianite rappresentano il perno”.⁶⁵ Ora, o que a autora nos informa é a existência de uma rede de comunicação espontâ-

nea entre o grupo de Clara e os outros grupos já constituídos ou que, no momento, estavam se formando, destacando como a experiência das damianitas representava um princípio e uma base para aqueles grupos.

Lázaro Iriarte afirmou que: "(...) iam brotando outras fraternidades femininas com a marca franciscana (...)" e que, entre os anos de 1218 e 1219, o Cardeal tratou de colocar as diversas fraternidades femininas com marca franciscana, sob a dependência direta da Sé Romana e levou-as adotar um estilo de vida monástica, com certa estabilidade e segurança econômica, embora procurasse conjugar isto com a simplicidade que as animava. O modelo tomado como referência foi a comunidade de São Damião.⁶⁶ Entretanto, o governo autônomo; não permitiu uma administração centralizada que garantisse uma influência direta de Clara sobre os novos mosteiros que foram aparecendo.

A influência do cardeal Hugolino sobre as "Damas Pobres" foi muito sensível, e o mosteiro de S. Damião entrou em uma nova fase. Em 1218, o Cardeal nomeou, como visitador, o seu capelão, o monge cisterciense Ambrósio e redigiu uma "Forma de Vida", impondo a Regra de São Bento para todas monjas reclusas, além de uma série de outras prescrições,⁶⁷ notável pela sua rigidez, como a introdução da clausura papal,⁶⁸ e quanto ao jejum à abstinência.⁶⁹ Nem uma palavra, contudo, sobre a pobreza.

Como Marco Bartoli bem o afirma:

Para Hugolino a clausura tem valor em si mesma. Para o cardeal, a clausura está intimamente ligada à virgindade. Sua maneira de comportar-se é exatamente como a de um chefe de família que mantinha reclusa as próprias filhas, preservando-lhes a virgindade, esperando o momento de desposá-las com um homem por ele mesmo escolhido.

Quando o cardeal assumiu, sob a tutela da Santa Sé, estas mulheres que lhe tinham sido confiadas, sentiu-se no dever de proteger-lhes a virgindade em vista do casamento mais vantajoso que poderiam contrair: o desponsório com o próprio Cristo Senhor. Por isso sua constante preocupação com a clausura.⁷⁰

A respeito da clausura, J. Leclercq comenta que, desde o século VI, era objeto de decreto, tanto da parte dos bispos como dos concílios regi-

onais, com o intuito de limitar a possibilidade de manter homens no mosteiro, contudo a legislação sobre a clausura se fixou como norma nos mínimos detalhes, a partir do século XII: a clausura das reclusas passou a ser aplicada às cenobitas. O motivo - segundo o autor - era que a virtude das mulheres era mais frágil do que a dos homens. Um outro motivo, que não era formulado, consistia na vulnerabilidade dos homens, sobretudo dos clérigos em proteger a própria virtude, evitando, assim, de ver as mulheres consagradas a Deus, quando podia encontrar outras mulheres todos os dias. Mas, a principal razão - de acordo com Leclercq - estava no fato de muitas mulheres serem confinadas a um mosteiro contra a sua vontade: havia, pois, a necessidade de impedi-las de estar próximas dos homens como elas desejariam.⁷¹

A primeira vez que o papado interveio em assunto de clausura, foi com Alexandre III, na segunda metade do século XII. No século seguinte, a clausura passou a ser imposta sobre os novos institutos, porém, somente com Bonifácio VIII, através da Bula *Periculoso* (1298) veio a ser promulgada uma legislação universal e perpétua. A clausura é adotada não para proteger a vida de oração das monjas, mas a sua *integritas*, ou seja para suprimir toda e qualquer ocasião de luxúria. Daí se tornar um bem em si mesma, o principal de todos, ao qual todos os outros devem ser sacrificados, a começar pela pobreza - a vida claustral exige rendas e reduz a possibilidade de trabalho. A legislação acerca da clausura era sempre confiada a homens, tais como: o bispo, ou o superior do ramo masculino de uma ordem religiosa, ou um membro da cúria romana.⁷² Estudiosos que têm se debruçado sobre a vida de Clara e sua opção religiosa, tem destacado que, para a Santa a clausura não tinha um sentido em si mesma, além de ter uma compreensão diferente do Cardeal Hugolino no que toca à vida eremítica. Clara se aproxima mais da concepção eremítica de São Francisco, no ideal que propunha para a Porciúncula e no que sugeriu para os eremitérios: um lugar de silêncio e de oração, mas, nunca uma clausura fechada, como chave de um ordenamento severamente ascético.⁷³ Talvez, por isto mesmo, Bartoli tenha afirmado que:

a aplicação concreta das constituições de Hugolino em São Damião deveria sempre ser feita de modo particular, dado que a comunidade possuía um documento que, também do ponto de vista jurídico, garantia-lhe a originalidade: o Privilégio da pobreza. Pode-se razoavelmente pensar que a vida quotidiana em São Damião continuava sendo regida, de fato segundo as disposições que lhe tinham sido dadas pelo próprio Francisco nos primeiros anos de vida da comunidade.⁷⁴

Havia, da parte de Clara e de suas primeiras companheiras, em relação à instituição eclesial, um processo que parece contraditório, marcado pela obediência e pela resistência. Entre 1219 e 1247 todos os mosteiros femininos franciscanos adotaram a Regra de Hugolino, contudo, o de São Damião, o de Perúgia, o de Monticelli de Florença e o de Praga tiveram o privilégio de manter “observâncias próprias”. Quando Hugolino ascendeu ao trono pontifício, com o nome de Gregório IX, passou a conceder bens aos mosteiros; e em 1228, por ocasião da canonização de São Francisco, tentou convencer Clara da necessidade de se ter posses e rendas fixas. Fato que foi relatado pelo autor da *Legenda*:

O senhor papa Gregório (...) amava com especial afeto paterno a nossa santa. Quando tentou convencê-la a aceitar algumas propriedades que oferecia com liberalidade pelas circunstâncias e perigos dos tempos, ela resistiu com ânimo fortíssimo e não concordou, absolutamente. Respondeu o Papa: ‘Se temes pelo voto, nós te desligamos do voto’, mas ela disse: ‘Pai santo, por preço algum quero ser dispensada de seguir Cristo para sempre.’⁷⁵

Para Clara, a fidelidade à pobreza é, ao mesmo tempo, a fidelidade “a vida a qual se sentiu chamada e a fidelidade a Francisco.”⁷⁶ É o seguimento do Cristo pobre. Para a Santa - que dizia de si própria “Plantinha”⁷⁷ do Poverelo - a pobreza era ... “segno significantissimo dell’incarnazione di Cristo (...) e con una particolare vibrazione affettuosa, vede nel ‘Signore del cielo e della terra, adagiato in una mangiatoia’; é virtù, unita *in radice* com la ‘santa umiltà’ e ‘l’ineffabile carità’, per cui Cristo ‘volle patire sul legno della croce e su di esso morire della morte più infamante’.”⁷⁸ Trata-se, pois, de uma concepção cristocêntrica da po-

breza - tal como São Francisco também a concebia - e condição para o seguimento de Cristo, conforme o Evangelho. Ante a convicção de Clara, o Papa se viu obrigado a ceder e a confirmar o *Privilegium paupertatis*, para São Damião, em 17 de setembro de 1228,⁷⁹ estendido depois para os mosteiros de Monticelli e Perúgia.⁸⁰

Par a par com a luta para se constituir como uma Ordem especificamente franciscana, radicada numa rigorosa observância da pobreza, dava-se, ainda na primeira metade do século XIII, um crescimento numérico de monjas e de fundações. "A Ordem das Damas Pobres difunde-se rapidamente mesmo fora da Itália; filhas de reis acham uma honra terem por divisa a Pobreza; Inês da Boêmia, em Praga, Cunegundes da Polônia, em Sandedeck, e Isabel de França, em Longchamps, fundam conventos que pelos seus nomes tornaram-se célebres".⁸¹ Pela informação de Gemelli, supomos que era relevante a influência de mulheres oriundas da aristocracia, dentro da Ordem. Contudo, parece que este fator ainda não era desfavorável à observância da pobreza absoluta.⁸²

Mas, ainda não havia um consenso acerca da Regra para as Irmãs da Segunda Ordem. Em 1247, Inocêncio IV promulgou para aquelas Irmãs uma nova Regra. Pela Regra de Inocêncio IV, substituía-se a Regra de São Bento pela Regra de São Francisco, apenas como base canônica; colocava os mosteiros sob os cuidados dos superiores da Ordem dos Frades; e mandava observar a "renúncia da propriedade em particular", como na tradição monástica, sem nada dizer sobre a pobreza da comunidade. Esta Regra tornou as monjas legalmente franciscanas, mas permitia as rendas e posses em comum.⁸³ A Regra de Inocêncio IV teve vida curta e encontrou resistências: Clara não viu contemplado, naquele documento, a base da experiência religiosa: a altíssima pobreza e a fraternidade; os mosteiros: uns queriam mais pobreza outros, mais propriedade;⁸⁴ e os superiores dos Menores achavam difícil assumir a direção dos mosteiros femininos e a *cura animarum*.⁸⁵

Não obstante as dificuldades encontradas pela Regra de Inocêncio IV, ela favoreceu a união entre a Segunda e a Primeira Ordem e deve ter encorajado Clara ditar o seu Testamento e a redigir uma Regra. No seu Testamento, a exemplo de São Francisco, recordou a origem de sua vocação e da fraternidade; reafirmou o compromisso da pobreza absoluta;

inculcou o privilégio da pobreza e recomendou a união entre as Irmãs.⁸⁶ Ao formular a sua Regra, Santa Clara utilizou da Regra de São Bento, da de Hugolino e também da de Inocêncio IV, bem como de sua cultura bíblica e hagiográfica e de toda a sua experiência acumulada ao longo dos anos, como discípula de Francisco. Às vésperas de sua morte, em 9 de agosto de 1253, com a bula *Solet annuere*, Inocêncio IV, aprovou a Regra de Santa Clara, a primeira Regra, escrita na Igreja, por uma mulher. Finalmente estavam contemplados os elementos essenciais que caracterizavam Clara e suas Irmãs como parte do mesmo movimento franciscano.

Já, na introdução ao texto da Regra, a menção à vida fraterna e à altíssima pobreza:

diante de nós está uma súplica humilde da vossa parte para que tenhamos o cuidado de confirmar com o apoio apostólico a forma de vida que o nosso venerável irmão de Óstia e de Velletri julgou que deveria aprovar. De acordo com ela, dada pelo bem aventurado Francisco e por vós espontaneamente acolhida deveis viver comunitariamente em espírito de unidade e com o voto da altíssima pobreza.⁸⁷

De fato, Clara insere no texto da Regra, o começo de sua experiência no seguimento de Francisco e os dois escritos de São Francisco para as Irmãs de Santa Clara: a *forma vitae* e “a última vontade”. Ali, estavam assegurados os princípios da altíssima pobreza, da fraternidade franciscana e da solicitude de Francisco - e o desejo do mesmo - que “tal cuidado diligente e uma solicitude especial” tivesse continuidade por parte de seus frades para com Clara e suas companheiras. A mim, parece-me que a experiência de vida em conformidade com o projeto de vida de Francisco e a orientação e a solicitude do mesmo para com Clara e suas Irmãs se constituíram como o coração da Regra,⁸⁸ o fulcro do qual todo o resto do documento emana e se afirma.⁸⁹

Dois dias após a aprovação de sua Regra, Santa Clara morria. Foi toda uma vida marcada pela resistência e pela obediência à Igreja, em prol da luta pela fidelidade à altíssima pobreza, assim como foi compreendida e vivida por São Francisco, assim como a luta para ver sua Ordem reconhecida como genuinamente franciscana. Assim, Clara e suas com-

panheiras, dentro dos limites sócio-culturais de sua época, marcaram de forma peculiar a experiência feminina no seio do movimento franciscano; como parte de um movimento que as antecede e as ultrapassa, fizeram a experiência concreta da vivência da altíssima pobreza, vivendo comunitária e fraternalmente.

Notas

¹ Fr. Ildefonso Silveira, OFM. *Retrato de Santa Clara de Assis na Literatura Hagiográfica*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 15.

² Idem, p. 26.

³ Ibidem, p. 25.

⁴ A este respeito, conferir Fr. Ildefonso Silveira, OFM. *Retrato de Santa Clara de Assis na Literatura Hagiográfica*. Petrópolis: Vozes, 1985, p.25. Marco Bartoli, *Clara de Assis*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 18.

⁵ Cf. Marco Bartoli, *Op. Cit.*, p. 13.

⁶ Fr. José Carlos C. Pedroso. "O Processo de Canonização - Introdução" In. *Fontes Clarianas*. 3. ed. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade. Petrópolis: CEFEPAL do Brasil, 1994, p. 60.

⁷ Idem, p. 60.

⁸ Cf. Marco Bartoli, *Op. cit.*, p. 15.

⁹ ProC. 6, 12.

¹⁰ Cf. "Carta Introdutória". In. LSC. O próprio autor da *Legenda de Santa Clara*, em uma carta introdutória, escreveu: "Dispondo-me ao mandato mas inseguro com o documentário incompleto que lia, recorri aos companheiros do bem-aventurado Francisco e à própria comunidade das virgens de Cristo, repensando frequentemente no coração que antigamente só podiam fazer história os que tivessem visto ou ouvido o que viram".

¹¹ LSC 2.

¹² ProC 1, 1.

¹³ ProC 2,2.

¹⁴ ProC 3, 2.

¹⁵ BulC 5. Neste sentido, parece conferir os testemunhos da Irmã Patrícia de Guelfúcio ProC. 1, 2; de Irmã Filipa, filha de Messer Leonardo de Gislério ProC. 3, 1; a Irmã Cecília de Messer Martinho de Coccorano ProC 4,1; a Irmã Cecília filha de Messer Gualtieri Cacciaguerra de Spelo. O testemunho mais incisivo neste ponto é o de sua irmã carnal, a Irmã Beatriz de messer Favarone de Assis, a qual entrou no Mosteiro de São Damião, cerca de 1229, portanto vários anos depois da entrada de Clara, em religião ProC. 12,2.7; ainda o cavaleiro Hugolino de Pedro Girardone ProC. 16,3. Todos estes depoentes afirmaram saber do fato porque era de conhecimento público.

¹⁶ Acerca do momento em que Clara vendeu a sua herança para dá-la aos pobres, conforme o testemunho de sua irmã, a Irmã Beatriz de Messer Favarone de Assis, e também na *Bula de Canonização*, ocorreu antes que Francisco a tonsurasse, cf. ProC 12, 3-4 e BulC 5-6, posição aceita por Bartoli *op.cit.* p.62. Acredito que seja improvável que os acontecimentos tenham se dado nesta ordem, visto que Clara saiu da casa paterna às escondidas, se tivesse vendido a sua herança antes de fugir o seu plano teria sido descoberto e a família, com certeza, não teria apenas se oposto mas teria impedido a realização de seu projeto; ou ainda, se depois que tivesse fugido, fosse vender a sua herança, para só depois ser tonsurada, a reação de seus familiares deveria ser ainda pior. Sou levada a crer que, quando foi tonsurada, Clara ainda não tivesse vendido sua herança e a repartido com os pobres, mas tivesse sim, a firme convicção de cumprir este preceito evangélico, assim que as condições o permitissem. A meu ver, foi o fato de já estar tonsurada e, portanto consagrada ao Senhor, foi o que lhe deu a liberdade, frente aos seus familiares de cumprir aquele preceito, porque seus parentes só desistiram de arrancá-la de São Paulo das Abadessas, quando ela lhes mostrou a cabeça raspada, sinal de sua consagração, cf. ProC 12,4; 18, 3; 20,6. Acerca dessa herança, Bartoli informa que, na Itália, entre os séculos XII e XIII, dá-se a passagem do “dom marital” para o “dote”, deixando, assim, o costume de, no momento do casamento, o marido conceder uma parte do patrimônio à esposa, para o costume da família oferecer à filha parte da herança paterna, antecipadamente, para favorecer a um casamento vantajoso e aliança favorável à linhagem e que este dote era conferido à jovem quando esta ainda estava com pouca idade, cf. M. Bartoli, *Op. cit.* p.62.

¹⁷ Cf. Fr. José Carlos C. Pedroso. “[Introdução ao] Testamento de Santa Clara”. In: *Op. cit.*, p.189.

¹⁸ TestC 24-26. Santa Clara reproduz este texto quase que textualmente em sua *Forma de Vida* de 1253, cf. RSC VI, 1.

¹⁹ ProC 17,2.

²⁰ ProC 20, 6.

²¹ Cf. A. Vauchez. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental Sec. VIII-XIII*. Trad. Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Estampa, 1995, pp. 75-82; 85 e ver ainda Mt, 8,20; 19,21.

²² Ibidem, p. 115. Ver ainda o importante artigo de E. McLaughlin “Mujer y herejía en la Edad Media”. In *Concilium Revista Internacional de Teología*. Madrid. Cristandad., Enero, 1976, (111): 78-100.

²³ ProC 17, 3.

²⁴ LSC 5.

²⁵ LSC 7.

²⁶ Conferir A. Lainati, *Scritti e fonti biografiche de Chiara d'Assisi*, in FF, 2308, apud Marco Bartoli, *Op. cit.*, p. 58, nota 29.

²⁷ LSC 8. No *Processo*, as testemunhas que relatam o corte de cabelo, como a sua irmã carnal, Irmã Beatriz de Messer Favarone de Assis, Bona de Guelfúcio de Assis, Messer Rainério de Bernardo de Assis e João de Ventura de Assis, falam que Clara teve os seus cabelos cortados por Francisco. Cf. ProC 12,4; 17, 5; 18,3; 20, 6. P. Sabatier chama atenção, do fato de Celano não usar o termo técnico para tal rito, tonsura, dada a sua expecionalidade, uma vez que Francisco, um simples diácono, se arrogou o direito de tonsurar Clara e receber seus votos, sendo que a Consagração das virgens era, normalmente, reservada aos bipsos. Cf. *Vie de Saint François d'Assisi*. 3ª ed., Paris, 1926, 173, apud Marco Bartoli, *Op. cit.*, p.60.

²⁸ LSC 8.

²⁹ Desde que ouvira o Evangelho do envio dos Apóstolos (Mt 10), na festa de São Matias, por volta do ano de 1205 ou 1206, São Francisco se despiu do hábito de eremita e fez para si uma veste grosseira, a qual passou a usar, cingida com uma corda, expressão de sua vida de penitente, conferir *Legenda dos Três Companheiros*, 25. Celano descreveu a veste adotada por Francisco e o significado da mesma: “Preparou depois uma túnica que apresentava o sinal da cruz, para afastar com ela todas as fantasias demoníacas. Fê-la muito áspera, para crucificar a carne com os vícios e os pecados. Fê-la muito pobre e mal acabada, para de maneira alguma

poder ser ambicionada pelo mundo”. *I Celano*, 22. E Martinho Conti atesta a origem evangélica do hábito franciscano. A veste que Francisco fez para si e que depois se tornou o hábito dos Frades Menores, exprime “a consagração a Deus e a missão específica da Ordem”, que é “(...) colocar-se, com perseverança, no seguimento de Cristo para dedicar-se totalmente ao serviço de Deus e da Igreja na fidelidade ao mandato de pregar a penitência”. Martinho Conti *Leitura Bíblica da Regra Franciscana*. Trad. Frei. Romano Zago, OFM. Petrópolis:Vozes; CEFEPAL, 1983, pp.169-170.

³⁰ ProC 12,4.

³¹ Fr. José Carlos C. Pedroso. “nota 22 da *Legenda de Santa Clara*”. In. *Fontes Clarianas*. 3.ed., Petrópolis: CEFEPAL do Brasil: Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 1994, 35.

³² I Cel 16.

³³ Cf. Marco Bartoli *Op.cit.*, p. 68.

³⁴ LSC 9.

³⁵ Marco Bartoli. *Op. cit.*, p. 63.

³⁶ LSC 9.

³⁷ LSC 10.

³⁸ Cf. Marco Bartoli. *Op. cit.*, pp.70-71. O autor acredita que em 1212, ano provável da conversão de Clara, Santo Ângelo ainda não fosse ainda uma comunidade monástica constituída.

³⁹ LSC. 24.

⁴⁰ Cf. LSC 25-26.

⁴¹ ProC 12, 5.

⁴² Cf. TestC 6-14.

⁴³ TestC 27-30.

⁴⁴ TestC. 33.

⁴⁵ FvC 1-2.

⁴⁶ ProC. 1,6.

⁴⁷ LSC, 12.

⁴⁸ Cf. Marco Bartoli. *Op. cit.*, p.85 e Fr. José Carlos C. Pedroso. *Op. cit.*, p.67, nota 22.

⁴⁹ Cf. Marco Bartoli. *Op. cit.*, pp. 85-86.

⁵⁰ LSC 14.

⁵¹ *Privilegio da Pobreza (1216)*. In. Fr. José Carlos C. Pedroso. *Op. cit.* pp.142-143. Segundo o tradutor, este é primeiro documento pontificio escrito obtido pela Família Franciscana.

⁵² Cf. Fr. José Carlos C. Pedroso. In. *Op. cit.*, p.144.

⁵³ *Carta de Honório III (1218)*. In. Fr. José Carlos C. Pedroso. *Op. cit.*, p. 144.

⁵⁴ Cf. Marco Bartoli. *Op. cit.*, p. 83.

⁵⁵ J. Leclercq. "Il monachesimo femminile". In. *Eremitismo nel Francescanesimo Medievale. Atti del XVII Convegno Internazionale Assi, 12-13-14 ottobre 1989*. p.64.

⁵⁶ Idem, p. 66.

⁵⁷ Ibidem, p. 67.

⁵⁸ Cf. J. Leclercq. In. *Op. cit.*, pp.67-73.

⁵⁹ Idem, p. 73.

⁶⁰ Giovana Casagrande afirma que a "(...) vita solitária affonda le sue profonde radici em quell'ideale di separazione e di distacco dal mondo che è insito nela vocazione cristiana. Trata-se una separazione dal mondo non necessariamente effettiva, ma morale ed affettiva, ciò non esclude una separazione anche "fisica".(...). L'eremita, dunque, come personificazione concreta del distacco dal mondo terreno per dedicarsi ad un più costante e diretto rapporto com Dio. Il desiderio di separazione dal mondo e di estraneità ad esso si materializza in uma scelta fisiologica, cioè nel vivere in luoghi deserti ed incolti o in ambiti ristretti e delimitati (celle)". Giovana Casagrande "Forme di Vita Religiosa Femile in Italia Centrale". In. *Eremitismo nel francescanesimo medievale Atti del XVII Convegno Internazionale*. Assisi, 12-13-14 ottobre 1989, p.55.

⁶¹ Cf. J. Leclercq. In. *Op. cit.*, p. 76.

⁶² Idem, pp. 77-78.

⁶³ Cf. J. Leclercq. *Op. cit.*, pp. 79-83.

⁶⁴ Cf. Marco Bartoli. "Povertà e movimento francescano femminile". In. *Dalla "Sequela Chisti" Di Francesco d'Assisi all'apologia della povertà*. Atti del XVIII Convegno Internazionale. Assisi 18-20 ottobre 1990. p. 229.

⁶⁵ Clara Genaro. "Chiara, Agnese e le prime consorelle". In. *Movimento Religioso Femminile e Francescanesimo nel Secolo XIII. Atti del convegno internazionale di studi. Città di Castelo, 27-28-29 ottobre 1982*, sob a coordenação de R. Rusconi, Perusa 1984, p.173.

⁶⁶ Lázaro Iriarte, O.F.M. Cap. *História Franciscana*. Trad. de Adelar Rigo e Marcelino Carlos Dezen. Petrópolis: Vozes; CEFEPAL. 1985 *Op. cit.*, pp. 500-501. Quanto a esta questão, ver também Raoul Manceli "La Chiesa e el Francescanesimo Femminile". In. *Movimento Religioso Femminile e Francescanesimo nel Secolo XIII. Atti del VII Convegno Internazionale. Assis, 11-13 ottobre 1979*, pp. 239-261.

⁶⁷ Embora o Cardeal Hugolino chame de Forma de Vida o conjunto de prescrições que impõe sobre as Damas Pobres, o documento se tornou conhecido como Regra de Hugolino. Fr. José Carlos notifica que, em 1219, Hugolino mandou este documento para os mosteiros de Monticelli, em Florença, e os mosteiros de Gataiola de Lucca, Porta Camúlia de Sena e Monteluca de Perusa. Cf. Fr. José Carlos C. Pedroso. "[Introdução] Regra de Hugolino". In. *Op. cit.* p. 145.

⁶⁸ RgHg, 4; 6; 10-11.

⁶⁹ RgHg, 7.

⁷⁰ Marco Bartoli. *Op. cit.*, pp. 96-97.

⁷¹ Cf. J. Leclercq. *Op. cit.*, pp.83-84.

⁷² Idem, pp. 85-87.

⁷³ Cf. Marco Bartoli. *Op. cit.*, pp. 101-109. Ver, também Clara Genaro. *Op. cit.*, pp.179-182.

⁷⁴ Marco Bartoli. *Op. cit.*, p. 110.

⁷⁵ L.SC 14.

⁷⁶ Clara Genaro. *Op. cit.*, p. 179.

⁷⁷ Conforme Fr. José Carlos C. Pedroso: "Plantinha é a tradução direta do latim *plantula*, que quer dizer "muda": uma pequena planta que serve para o transplante. Era a palavra usada normalmente na época para designar um mosteiro que tinha

sido fundado por outro. Clara está fazendo questão de dizer que sua ordem foi fundada por São Francisco e não é monacal nem beneditina". Fr. José C. C. Pedroso. *Op. cit.*, p. 172, nota nº 4.

⁷⁸ Idem, p. 182.

⁷⁹ Cf. PrivGr. O Privilégio da Pobreza concedido à Clara e às Damianitas, por Gregório IX, em 1228, na verdade, renova e copia o anterior, com ligeiras diferenças.

⁸⁰ Cf. Lázaro Iriarte. O.F.M. Cap. *Op. cit.*, p. 501-502.

⁸¹ A. Gemelli, O.F.M., *O Franciscanismo*. Trad. Mesquita Pimentel. Petrópolis: Vozes, 1944, p. 99.

⁸² Lázaro Iriarte. O. F. M. Cap. *Opus cit.*, p. 502. Iriarte diz que Clara teve em Inês de Boêmia uma aliada na defesa do privilégio da pobreza e no esforço para se ter uma Regra própria. Ela mesma, Inês da Boêmia, apresentou a Gregório IX uma Regra composta a partir da *forma vitae* de São Francisco e da Regra de Hugolino, mas que foi recusada.

⁸³ Cf. RgIn.

⁸⁴ Cf. Fr. J. Carlos C. Pedroso, O.F.M. Capuchinho. "[Introdução] Regra de Inocência IV". In. *Op. cit.*, p.155.

⁸⁵ Cf. Lázaro Iriarte. *Op. cit.*, p. 503. Dentre as dificuldades que a Regra de Inocência IV encontrou, pode se destacar: os superiores dos Frades achavam pesada a obrigação de dirigir as monjas e as intervenções seguidas do cardeal protetor Rainaldo de Segni, que, finalmente em 1250, proibiu os frades que interferissem no governo das monjas e atribuiu a si mesmo a direção dos mosteiros.

⁸⁶ Cf. TestC.

⁸⁷ RSC.

⁸⁸ RSC,VI.

⁸⁹ Fr. José Carlos Pedroso informa que: "Na realidade, como os mosteiros eram independentes entre si e a exigência de Clara pela pobreza era muito forte, sua Regra foi aprovada para São Damião e acolhida integralmente por poucos outros mosteiros, embora fossem cerca de cento e cinquenta os que aderiu, à sua forma de vida em 1253". In. Fr. José Carlos C. Pedroso. "[Introdução] Forma de Vida de Santa Clara". In. *Op. cit.*, p.169.

RESUMO: Clara de Assis se impressionou com a vida de Francisco e seus frades e, na quaresma de 1212, abandonou o castelo da família, aderindo ao movimento iniciado pelo Assisiata. Francisco a alojou junto à igreja de São Damião, onde veio a se juntar outras mulheres. Clara e suas companheiras se empenharam em viver a pobreza evangélica, a exemplo de Francisco e resistiram ao modelo de vida religiosa monástica e tradicional.

[**PALAVRAS-CHAVES:** Clarissas, espiritualidade, Franciscanos, Igreja, Papado.]

ABSTRACT: Clara de Assis had met Francisco de Assis and his friars and had become interested in their life consequently she had decided to abandon the castle of her family and to integrate the franciscan movement in 1212. Thus, Francisco had received her in S. Damian chapel where other women had after joined her.

[**KEY WORDS:** Clarissas, spirituality, Franciscans, Church, papacy.]